


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375, Centreville, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

TERMO DE AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO

Processo nº: 1011602-29.2017.8.26.0566
 Classe - Assunto: **Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça**
 Requerente: **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**
 Requerido: Laerte Antonio de Miranda

Aos 19 de março de 2018, às 09:30h, na sala de audiências da Vara da Fazenda Pública, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. Gabriela Müller Carioba Attanasio, comigo Escrevente Técnico Judiciário ao final nomeado, foi aberta a audiência de tentativa de Conciliação, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento do Município de São Carlos, na pessoa da Sr^a Graziela Cristiani Solfa Marques, da Secretaria Cidadania, da Sr^a Fabiana Borges dos Santos, Assistente Social da Secretaria da Cidadania, acompanhadas da Procuradora Municipal, Dr^a Silvia Maria de Paula Nascimento, OAB nº 323.874 e do requerido, Laerte Antonio de Miranda, acompanhado da sua patrona, Dr^a Eliana Aparecida Bregagnolo, OAB nº 175.945. Iniciados os trabalhos, a proposta de conciliação restou frutífera, nos seguintes termos: **"1- O réu desocupará o bem público até 19.09.2018. Em caso de descumprimento, o Município de São Carlos informará nos autos, expedindo-se, imediatamente, mandado de reintegração de posse, sem prazo para desocupação voluntária. 2- O Município de São Carlos e o réu empreenderão os esforços que couberem a cada qual para que o réu obtenha o direito ao Aluguel Social, após a desocupação, cuja concessão dependerá da observância dos requisitos previstos na legislação. O Município de São Carlos realizará o acompanhamento sistemático do caso, com orientações específicas inclusive quando aos procedimentos necessários para o acesso ao benefício. Competirá ao réu, além da observância dessas orientações, encontrar um imóvel que preencha as condições necessárias. 3- O Município de São Carlos e o réu empreenderão os esforços que couberem a cada qual para que o réu logre inscrever-se em programa de moradia junto à Prohab, cuja concessão dependerá da observância dos requisitos previstos na legislação e do respeito às disponibilidades e filas de espera, com a busca do enquadramento do réu em fila prioritária, em razão de seus filhos serem portadores de necessidades especiais. 4- A obrigação prevista no Item '1' não é condicionada por aquelas descritas nos Itens '2' e '3', que devem ser perseguidas de modo independente."** Pelo MM. Juiz foi deliberado: "Homologo, por sentença, o acordo acima, resolvendo o mérito nos termos do art. 487, III, "b" do Código de Processo Civil. Aguarde-se manifestação de qualquer das partes até 19.10.2018. Nada sendo requerido, presumir-se-á a satisfação das obrigações e o processo será extinto e arquivado, independentemente de nova intimação". NADA MAIS. E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Rosa Sueli Manieri, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

Munic.

Secret.Cidad.:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Rua Sorbone, 375, Centreville, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Assist. Social:

Proc.Munic.:

Requerido:

Adv. :

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**